

Automa Sistemas para Automação S.A. e Controlada

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Automa Sistemas para Automação S.A. e Controlada

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Automa Sistemas para Automação S.A. e Controlada (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Automa Sistemas para Automação S.A. e Controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e à sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de junho de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ricardo Ramos da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 196573/O-0

AUTOMA SISTEMAS PARA AUTOMAÇÃO S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	Controladora		Consolidado
		2024	2023	2024			2024	2023	2024
CIRCULANTES					CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.395	33.876	21.967	Fornecedores	12	2.952	1.994	2.973
Contas a receber de clientes	5	52.190	42.410	53.495	Adiantamento de clientes	13	6.017	18.005	6.017
Tributos a recuperar	6	966	1.313	971	Salários e encargos sociais	14	16.163	10.276	16.213
Estoques	7	4.631	2.656	4.631	Tributos a recolher	15	2.458	2.053	2.632
Outros ativos		3.444	841	3.090	Imposto de renda e contribuição social	18	4.515	3.693	4.515
					Empréstimos		-	257	-
					Arrendamento mercantil	10	613	-	613
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES		<u>82.626</u>	<u>81.096</u>	<u>84.154</u>	Outros passivos		<u>379</u>	<u>350</u>	<u>379</u>
					TOTAL DOS PASSIVOS CIRCULANTES		<u>33.097</u>	<u>36.628</u>	<u>33.342</u>
NÃO CIRCULANTES					NÃO CIRCULANTES				
Imobilizado	8	6.880	2.654	6.880	Imposto diferido de recolhimento	18	1.815	302	1.815
Intangível	9	191	42	191	Arrendamento mercantil	10	<u>2.582</u>	<u>-</u>	<u>2.582</u>
Ativos de direito de uso	10	3.354	-	3.354	TOTAL DOS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES		<u>4.397</u>	<u>302</u>	<u>4.397</u>
Investimentos	11	1.283	-	-					
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES		<u>11.708</u>	<u>2.696</u>	<u>10.425</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	19	28.493	28.493	28.493
					Reservas de lucros	19	<u>28.347</u>	<u>18.369</u>	<u>28.347</u>
					Total patrimônio líquido		<u>56.840</u>	<u>46.862</u>	<u>56.840</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>94.334</u>	<u>83.792</u>	<u>94.579</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>94.334</u>	<u>83.792</u>	<u>94.579</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AUTOMA SISTEMAS PARA AUTOMAÇÃO S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto pelo resultado por ação)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado
		2024	2023	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	98.213	71.465	99.507
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	21	(63.093)	(45.941)	(63.452)
LUCRO BRUTO		<u>35.120</u>	<u>25.524</u>	<u>36.055</u>
DESPESAS OPERACIONAIS:				
Comerciais e administrativas	21	(18.538)	(9.480)	(18.840)
Equivalência patrimonial	11	633	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>17.215</u>	<u>16.044</u>	<u>17.215</u>
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	22	3.288	2.706	3.288
Despesas financeiras	22	(110)	(143)	(110)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>20.393</u>	<u>18.607</u>	<u>20.393</u>
Correntes	18	(9.348)	(7.966)	(9.348)
Diferidos	18	(1.815)	(36)	(1.815)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>9.230</u>	<u>10.605</u>	<u>9.230</u>
Lucro líquido por ação		0,15	0,17	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AUTOMA SISTEMAS PARA AUTOMAÇÃO S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
LUCRO LIQUÍDO DO EXERCÍCIO	9.230	10.605	9.230
Outros Resultados Abrangentes	23	-	23
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>10.035</u>	<u>10.605</u>	<u>10.035</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AUTOMA SISTEMAS PARA AUTOMAÇÃO S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Capital social	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial	Ajuste de avaliação patrimonial		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		17.050	548	7.216	-	-	-	24.814
Aumento de capital social	19	11.443	-	-	-	-	-	11.443
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	-	10.605	10.605
Reserva legal	19	-	530	-	-	-	(530)	-
Reserva especial	19	-	-	-	2.519	-	-	2.519
Dividendo mínimo obrigatório	19	-	-	-	-	-	(2.519)	(2.519)
Retenção de lucros acumulados	19	-	-	7.556	-	-	(7.556)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		28.493	1.078	14.772	2.519	-	-	46.862
Ajuste de exercício anteriores	19	-	-	266	-	-	-	266
Plano de opções de compra de ações		-	-	459	-	-	-	459
Ajuste acumulado de conversão de balanço		-	-	-	-	23	-	23
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	-	9.230	9.230
Reserva legal	19	-	462	-	-	-	(462)	-
Reserva especial	19	-	-	-	2.192	-	(2.192)	-
Retenção de lucros acumulados	19	-	-	6.576	-	-	(6.576)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		28.493	1.540	22.073	4.711	23	-	56.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AUTOMA SISTEMAS PARA AUTOMAÇÃO S.A. E CONTROLADA

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)**

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado
		2024	2023	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		20.393	18.607	20.393
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	8	817	404	817
Amortização do ativo de direito de uso	10	187	-	187
Perda na baixa do imobilizado	8	23	-	23
Provisão para estoques obsoleto	7	261	31	261
Juros sobre empréstimos e arrendamento mercantil	10	19	66	19
Diferido	18	-	36	-
Provisão para perda esperada	5	1.418	86	1.418
Resultado de equivalência patrimonial	11	(633)	-	-
Plano de opções de compra de ações	0	459	-	459
Ajuste acumulado de conversão de balanço	11	23	-	23
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes		(11.198)	(20.842)	(12.503)
Tributos a recuperar		347	(135)	342
Estoques		(2.237)	(1.139)	(2.237)
Outros ativos		(2.248)	(542)	(2.249)
Fornecedores		958	898	979
Tributos a pagar		405	1.283	579
Salários e encargos sociais		5.887	6.425	5.937
Adiantamento de clientes		(11.988)	10.344	(11.988)
Outros passivos		29	132	29
Caixa gerado pelas atividades operacionais		2.922	15.654	2.489
Juros pagos		-	39	-
Juros pagos sobre arrendamento mercantil	10	(19)	-	(19)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.562)	(7.085)	(8.562)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(5.659)	8.608	(6.092)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:				
Aquisição de imobilizado e intangível	8	(5.214)	(2.183)	(5.214)
Mútuos com partes relacionadas		(355)	-	-
Aporte de capital	11	(650)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(6.219)	(2.183)	(5.214)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:				
Pagamentos de empréstimos		(257)	(395)	(257)
Amortização de arrendamento mercantil	9	(346)	-	(346)
Aumento de capital, líquido dos custos de captação	19	-	11.443	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(603)	11.048	(603)
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(12.481)	17.473	(11.909)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		33.876	16.403	33.876
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		21.395	33.876	21.967
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(12.481)	17.473	(11.909)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AUTOMA SISTEMAS PARA AUTOMAÇÃO S.A. E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Automa Power & Utilities S.A. (“Automa” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Francisco Pereira de Castro, 1073 - Anhangabaú, Jundiaí - SP. Em 2022, os acionistas aprovaram a alteração da estrutura societária da Companhia, que deixou de ser uma empresa por quotas de responsabilidade limitada e passou a ser uma Companhia por ações de capital fechado, dentro do contexto de recebimento de novos acionistas investidores.

Operações societárias

Durante o ano de 2024 a Companhia constituiu uma empresa integralmente controlada em Portugal, a Automalogica Europe, Unipessoal, Lda., (“Controlada”), com sede na Praça Mouzinho de Albuquerque nº 113, 5º Andar, Boa Vista - Porto.

A Companhia e sua controlada atua no desenvolvimento de programas de computador sob encomenda e configuração de software, comércio atacadista de equipamentos de informática e de material elétrico, fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle e de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica, instalação e manutenção elétrica, serviços de engenharia, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não-customizáveis, pesquisa e desenvolvimento, treinamentos e aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, entre outras.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras, na qual foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Os detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças decorrentes dessa aplicação, estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas ao seu valor justo, quando aplicável.

2.2. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.3. Moeda funcional de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Controlada é toda a entidade na qual a Companhia detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e; (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

A seguir, são apresentados os detalhes da controlada da Companhia no encerramento do exercício:

	<u>2024</u>
Automalogica Europe, Unipessoal, Lda.	100%

Na consolidação, foram eliminados os saldos e as transações entre as empresas por meio dos seguintes principais procedimentos:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a consolidada.
- Eliminação dos lucros contidos nos estoques decorrentes de operações entre as empresas, quando significativos.
- Eliminação dos saldos de investimentos da controladora com os saldos de capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulado da controlada.
- Eliminação dos saldos de receitas, custos e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Incertezas sobre Premissas e Estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem impacto significativo de resultar em ajustes material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 - Reconhecimento e mensuração da provisão para perdas esperadas do contas a receber.
- Nota explicativa nº 16 - Provisão para riscos.
- Nota explicativa nº 20 - Reconhecimento de receita (POC): se a receita de licenciamento de softwares é reconhecida em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo.

2.6. Base de mensuração

As demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico de aquisição como base de valor, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.7. Receita de contratos com clientes

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de projetos, produtos e serviços, acordado em contratos bilaterais firmados com clientes.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

Em consonância com o “CPC 47 - Receita de contrato com cliente” os produtos faturados ou serviços prestados que tiveram as cinco etapas satisfeitas até a data do balanço estão evidenciadas na rubrica de receita e se contrapõem aos custos na competência adequada.

As etapas são: 1) identificar os contratos com os clientes; 2) identificar as obrigações de desempenho do contrato; 3) determinar o preço da transação; 4) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho do contrato; e 5) reconhecer a receita quando (ou na medida que) a entidade satisfaz as obrigações de desempenho.

Receita de Contratos com Clientes - Projetos

A Companhia fornece produtos e serviços para automação da operação de empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia elétrica, sendo este fornecimento por meio de projetos executados sob medida, que podem ou não contar com serviços recorrentes mensais de manutenção e suporte junto aos clientes.

Tendo em vista a característica dos projetos desenvolvidos pela Companhia, totalmente customizados às necessidades de cada cliente, a receita é reconhecida quando do cumprimento das cinco etapas listadas acima. As estimativas de receitas, custos e o progresso até a conclusão são revisados quando as circunstâncias sofrem alterações. Quaisquer consequentes aumentos ou diminuições nas receitas ou custos estimados são refletidos no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

Receita de Contratos com Clientes - SAAS ("Software As A Service")

A Companhia fornece também serviços de SaaS ao mercado, de acordo com contratos a preço fixo. A receita desta prestação de serviços é reconhecida no período contábil quando do cumprimento das cinco etapas listadas acima.

2.8. Adiantamento de clientes

No curso normal das atividades da Companhia, os contratos de médio e longo prazo observam condições de faturamento com base em percentuais que não necessariamente são condizentes com o andamento físico do projeto. Quando o faturamento dos projetos ocorre de forma antecipada em relação ao reconhecimento das receitas apuradas com base no método "Percentage of completion - PoC", o excedente é considerado como adiantamento de cliente. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de adiantamento de clientes era substancialmente formado por estas antecipações, onde afirmamos que os contratos têm um prazo médio inferior a 12 meses.

2.9. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros incorridos sobre clientes em atraso, despesas bancárias, tarifas de cobrança, juros incorridos no atraso de pagamentos e arrendamentos.

2.10. Benefícios de curto prazo a empregados

(i) Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente registro no passivo circulante e não circulante, e reconhecidos no patrimônio líquido durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição ("vesting date"). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição ("non-vesting conditions"), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

2.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime de lucro presumido, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes, que são reconhecidos no resultado.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos, que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Em decorrência do regime de apuração do imposto de renda e contribuição social da Companhia, não são reconhecidos os tributos diferidos, bem como não há saldos de prejuízos fiscais ou bases negativas a serem considerados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados às alíquotas pelas quais as diferenças temporárias serão efetivamente tributadas, de acordo com a legislação fiscal e são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base tributária e a efetiva apropriação do lucro decorrente dos projetos (POC) conforme evolução econômica e financeira.

2.12. Contas a receber

As contas a receber decorrem substancialmente do fornecimento de produtos, serviços e projetos (faturados e a faturar) apurados no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, quando aplicável, mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas esperadas, quando aplicável.

O valor da perda esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.13. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.

O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques.

2.14. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>2024 e 2023</u>
Equipamentos de informática	5
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10
Outros ativos	Variável

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) líquidas" na demonstração do resultado.

2.15. Intangível

"Softwares"

O intangível está basicamente representado por "softwares" adquiridos no mercado, os quais são mensurados pelo seu custo histórico, menos amortização acumulada. A amortização dos "softwares" é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada de cinco anos.

2.16. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é obtido. De acordo com esse método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional.

Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do saldo de investimentos.

2.17. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são substancialmente obrigações a pagar por compra de insumos e serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, devido ao curto prazo médio de pagamento, são apresentadas ao valor do efetivo faturamento.

2.18. Capital social e lucro por ação

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Lucro Por Ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, resultado por ação. A Companhia não possui instrumentos com efeito diluidor, e por este motivo, não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

2.19. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início.
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos De Ativos De Baixo Valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.20. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos.
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.
- Os termos que limitam o acesso a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o "impairment" são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e "impairment" são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não há ativos financeiros mensurados A VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram.
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.21. Mensuração do Valor Justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

São revisados regularmente os dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: “inputs”, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: “inputs”, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

2.22. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Normas e interpretações novas e revisadas de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2024

No exercício de 2024, a Sociedade adotou as alterações e os novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 03 (R2)/IAS 7/IFRS 7	Demonstrações dos Fluxos de Caixa	01/01/2024
Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante	01/01/2024
Alterações ao CPC 26 (r1)	Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo não circulante com “covenants”	01/01/2024
Alterações ao CPC 06	Passivo de Arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01/01/2024

Alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores

O CFC emitiu alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação de passivos como circulante ou não circulante

As alterações fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um “Sale and Leaseback”

O CFC emitiu alterações para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

A Companhia analisou as novas normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos relevantes em suas políticas operacionais e contábeis.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis na data de autorização da emissão destas demonstrações financeiras

A Sociedade não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 21 (R1)	Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	01/01/2025
IFRS 18	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
Alterações ao CPC 02 (R2)	Falta de permutabilidade	01/01/2025

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir mediante a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas nas demonstrações financeiras da Sociedade. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos significativos sobre as referidas demonstrações financeiras, em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

3. NOVA APRESENTAÇÃO

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras na qual houve aplicação das práticas adotadas no Brasil (BRGAAP). Esta apresentação, comparativamente as demonstrações financeiras auditadas de acordo com as práticas CPC PME não trouxeram impactos nas apresentações anteriores, conforme explicações e quadros demonstrados a seguir:

- (a) A Companhia adotou o “CPC 06 (R2) - Arrendamentos” sobre o reconhecimento de arrendamentos, reavaliando os seus contratos de arrendamento vigentes em 1º de janeiro de 2023, e conforme prerrogativa item C.10 do CPC decidiu por não reconhecer os contratos vigentes há época, visto que eles se encerravam dentro de 12 meses. Desta forma, não tivemos impactos no saldo de abertura com relação ao CPC 06.
- (b) A Companhia aplicou as definições do “CPC 48 - Instrumentos financeiros” para mensuração das perdas esperadas sobre recebíveis comerciais (antiga PECLD) retroativas a 1º de janeiro de 2023 e após comparação com a política anteriormente aplicada, chegou-se à conclusão de que os efeitos eram imateriais e praticamente nulos. Desta forma, não tivemos impactos no saldo de abertura com relação ao CPC 48.
- (c) A Companhia aplicou as definições do “CPC 32 - Tributos sobre o lucro”, o qual detalha mais o tratamento de tributos correntes e diferidos, incluindo a contabilização de diferenças temporárias e permanentes. Entretanto, há de se destacar que conforme detalhado acima, não houve efeitos nos saldos de abertura com relação ao CPC 06 e CPC 48. Desta forma, não tivemos impactos no saldo de abertura com relação ao CPC 32.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está composto por dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras em instituições de primeira linha, conforme abaixo.

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Recursos em bancos e em caixa	51	6	623
Aplicações financeiras (i)	21.344	33.870	21.344
	<u>21.395</u>	<u>33.876</u>	<u>21.967</u>

Não há saldo em aberto de conta garantida em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

- (i) O saldo refere-se à aplicação em Fundos de Investimento em renda fixa do Banco Itaú com rendimento médio de 100% do CDI em 2024 e 2023, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Faturados	32.929	26.780	34.234
A faturar (i)	20.765	15.716	20.765
Provisão para perda esperada	(1.504)	(86)	(1.504)
	<u>52.190</u>	<u>42.410</u>	<u>53.495</u>

- (i) Em decorrência das características dos contratos da Companhia, determinadas receitas são reconhecidas de acordo com o andamento físico dos projetos, as quais são apuradas a partir dos custos incorridos em cada projeto. As contas a receber a faturar são resultantes deste reconhecimento de receitas, cujas emissões dos faturamentos dependem dos gatilhos contratuais estabelecidos com cada cliente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não havia contas a receber de clientes dados em garantias.

O prazo médio de recebimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de 122 dias (118 dias em 2023).

Os vencimentos das contas a receber de clientes faturados são como seguem:

A Companhia efetuou estudo em relação à tratativa da provisão para perdas estimadas dada pelo CPC 48 mediante análise do comportamento histórico da inadimplência de grupos de clientes, baseando-se nos valores vencidos e a vencer para cálculo e constituição da provisão. A seguir a movimentação da provisão para perda estimadas por risco de crédito em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Controladora				Consolidado			
	2024	PECLD	%	2024	2024	PECLD	%	2024
A vencer	28.072	-	0%	28.074	29.377	-	0%	29.379
Vencidos	4.857	(1.504)	(31%)	3.353	4.857	(1.504)	(31%)	3.353
Vencido entre 1 e 30 dias	2.233	-	0%	2.233	2.233	-	0%	2.233
Vencido entre 31 e 90 dias	720	-	0%	720	720	-	0%	720
Vencido entre 91 e 180 dias	400	-	0%	400	400	-	0%	400
Vencido entre 181 e 365 dias	884	(884)	(100%)	-	884	(884)	(100%)	-
Vencido acima de 365 dias	620	(620)	(100%)	-	620	(620)	(100%)	-
Total	<u>32.929</u>	<u>(1.504)</u>	<u>(5%)</u>	<u>31.427</u>	<u>34.234</u>	<u>(1.504)</u>	<u>(4%)</u>	<u>32.732</u>

	Controladora			
	2023	PECLD	%	2023
A vencer	23.731	-	0%	23.731
Vencidos	3.049	(86)	(3%)	2.963
Vencido entre 1 e 30 dias	1.785	-	0%	1.785
Vencido entre 31 e 90 dias	586	-	0%	586
Vencido entre 91 e 180 dias	592	-	0%	592
Vencido entre 181 e 365 dias	28	(28)	(100%)	-
Vencido acima de 365 dias	58	(58)	(100%)	-
Total	<u>26.780</u>	<u>(86)</u>	<u>0%</u>	<u>26.694</u>

A movimentação da provisão para perdas esperadas é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	(86)	-
Reversão (complemento) de provisão	(1.418)	(86)
Saldo no final do exercício	(1.504)	(86)

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
ISS	2	1	2
IRRF	433	19	433
INSS	76	36	76
ICMS	55	-	55
Outros	400	241	400
PIS/COFINS/ISS sobre faturamento antecipado	-	506	-
IVA - A recuperar	-	-	5
IRPJ e CSLL sobre faturamento antecipado	-	510	-
	<u>966</u>	<u>1.313</u>	<u>971</u>

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Mercadoria para revenda	352	290	352
Produto intermediário	3.059	1.650	3.059
Produtos Acabados	1.172	86	1.172
Material utilizado na Prestação de serviços	282	128	282
Estoque em poder de terceiros	106	581	106
Provisão para estoques obsoleto	(340)	(79)	(340)
	<u>4.631</u>	<u>2.656</u>	<u>4.631</u>

A Companhia mantém em estoque os componentes que serão utilizados nos projetos comercializados junto aos seus clientes.

A provisão de estoques obsoletos é feita com base na política sobre o saldo de estoques sem movimentação acima de 1 ano.

A movimentação da provisão de estoques obsoletos é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	(79)	(48)
Reversão (complemento) de provisão	(261)	(31)
Saldo no final do exercício	<u>(340)</u>	<u>(79)</u>

8. IMOBILIZADO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	2023	Adições	Baixas	2024
Custo:				
Equipamentos de Informática	1.560	481	(24)	2.017
Máquinas e Equipamentos	1.087	642	(8)	1.721
Veículos	117	-	-	117
Móveis e Utensílios	129	607	(38)	698
Instalações	10	435	(8)	437
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	897	2.875	-	3.772
Equipamentos de Comunicação	136	2	(10)	128
	<u>3.936</u>	<u>5.042</u>	<u>(88)</u>	<u>8.890</u>
Depreciação acumulada:				
Equipamentos de Informática	(676)	(311)	21	(966)
Máquinas e Equipamentos	(212)	(137)	8	(341)
Veículos	(112)	(3)	-	(115)
Móveis e utensílios	(84)	(32)	23	(93)
Instalações	(8)	(19)	6	(21)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	(97)	(279)	-	(376)
Equipamentos de Comunicação	(92)	(13)	7	(98)
	<u>(1.281)</u>	<u>(794)</u>	<u>65</u>	<u>(2.010)</u>
Valor líquido	<u>2.654</u>	<u>4.248</u>	<u>(22)</u>	<u>6.880</u>

	1º de janeiro de 2023	Adições	Transferências	2023
Custo:				
Equipamentos de Informática	1.068	492	-	1.560
Máquinas e Equipamentos	217	851	19	1.087
Veículos	117	-	-	117
Móveis e Utensílios	129	-	-	129
Instalações	10	-	-	10
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	84	813	-	897
Equipamentos de Comunicação	110	27	-	136
Outros ativos	19	-	(19)	-
	<u>1.754</u>	<u>2.183</u>	<u>-</u>	<u>3.936</u>
Depreciação acumulada:				
Equipamentos de Informática	(432)	(245)	-	(677)
Máquinas e Equipamentos	(143)	(69)	-	(212)
Veículos	(91)	(21)	-	(112)
Móveis e utensílios	(74)	(10)	-	(84)
Instalações	(8)	(1)	-	(8)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	(84)	(14)	-	(97)
Equipamentos de Comunicação	(81)	(11)	-	(92)
	<u>(913)</u>	<u>(371)</u>	<u>-</u>	<u>(1.282)</u>
Valor líquido	<u>841</u>	<u>1.812</u>	<u>-</u>	<u>2.654</u>

9. INTANGÍVEL - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	2023	Adições	2024
Custo:			
Marcas e Patentes	3	-	3
Software	596	-	596
Desenvolvimento de produtos	-	172	172
	<u>599</u>	<u>172</u>	<u>771</u>
Amortização acumulada:			
Marcas e Patentes	(3)	-	(3)
Software	(554)	(23)	(577)
	<u>(557)</u>	<u>(23)</u>	<u>(580)</u>
Valor líquido	<u>42</u>	<u>149</u>	<u>191</u>

	<u>1º de janeiro de 2023</u>	<u>Adições</u>	<u>2023</u>
Custo:			
Marcas e Patentes	3	-	3
Software	596	-	596
	<u>599</u>	<u>-</u>	<u>599</u>
Amortização acumulada:			
Marcas e Patentes	(3)		(3)
Software	(521)	(33)	(554)
	<u>(524)</u>	<u>(33)</u>	<u>(557)</u>
Valor líquido	<u>75</u>	<u>(33)</u>	<u>42</u>

10. ATIVOS DE DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO MERCANTIL - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

a) Saldo reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	<u>2024</u>
<u>Ativos de direito de uso</u>	
Imóveis	3.354
<u>Passivo de arrendamento</u>	
Circulante	613
Não circulante	<u>2.582</u>
	<u>3.195</u>

Em 31 de dezembro de 2024, os montantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2024</u>
2025	613
2026	520
2027	441
2028 a 2034	<u>1.621</u>
Saldo no final do exercício	<u>3.195</u>

b) Saldo reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	<u>2024</u>
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso	
Edificações	<u>(187)</u>
	<u>(187)</u>
Despesa com juros	<u>(19)</u>
	<u>(19)</u>

c) Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	<u>2024</u>
Saldo no início do exercício	-
Adições	3.541
Amortização de direito de uso	<u>(187)</u>
Saldo no final do exercício	<u>3.354</u>

Arrendamento mercantil

	<u>2024</u>
Saldo no início do exercício	-
Arrendamentos reconhecidos	3.541
Baixa por pagamento - principal	(346)
Baixa por pagamento - juros	(19)
Juros apropriados	19
Saldo no final do exercício	<u>3.195</u>
Circulante	613
Não circulante	<u>2.582</u>
	<u>3.195</u>

11. INVESTIMENTOS

Atualmente a investida da Companhia apresenta os seguintes saldos em seu balanço patrimonial:

	Automalogica - Portugal 2024
Ativo circulante	1.882
Ativo não circulante	-
Total do ativo	<u>1.882</u>
Passivo circulante	599
Passivo não circulante	-
Patrimônio líquido	<u>1.283</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>1.882</u></u>

Abaixo a movimentação do investimento:

Controlada	Controladora 2024						
	Investimento	Ajuste de conversão de balanço	Patrimônio Líquido Inicial	Participação - %	Lucro do Exercício	Resultado de equivalência patrimonial	Patrimônio Líquido
Automalogica - Portugal	627	23	650	100	633	633	1.283

12. FORNECEDORES

As principais naturezas dos fornecedores são compostas por matéria prima, prestação de serviços e despesas de viagem. O prazo médio de pagamento é de 91 dias em 2024 (122 dias em 2023).

13. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

No curso normal das atividades da Companhia, os contratos de médio e longo prazo observam condições de faturamento com base em percentuais que não necessariamente são condizentes com o andamento físico do projeto. Quando o faturamento dos projetos ocorre de forma antecipada em relação ao reconhecimento das receitas apuradas com base no método "Percentage of completion - PoC", o excedente é considerado como adiantamento de cliente. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de adiantamento de clientes era substancialmente formado por estas antecipações, onde afirmamos que os contratos têm um prazo médio inferior a 12 meses.

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Salários a pagar	9.843	5.956	9.893
Encargos sociais sobre folha de pagamento	2.960	1.937	2.960
Provisão para férias	3.360	2.383	3.360
	<u>16.163</u>	<u>10.276</u>	<u>16.213</u>

15. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
PIS	305	144	305
COFINS	1.405	671	1.405
IPI	340	217	340
ISS	391	280	391
ICMS	17	737	16
Outros tributos.	-	4	175
	<u>2.458</u>	<u>2.053</u>	<u>2.631</u>

16. PROVISÃO PARA RISCOS COM DEMANDAS JUDICIAIS

No curso normal de suas atividades, a Companhia está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciária, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Companhia não possuía demandas judiciais com probabilidade de perda classificada como possível ou provável.

17. PARTES RELACIONADAS

Saldos e transações

A Companhia não efetuou operações comerciais com partes relacionadas nos exercícios ora apresentados.

A controladora mantém um mútuo a receber junto a sua controlada ("Automalogica Europe, Unipessoal, Lda.") em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$354, o qual está registrado na rubrica de "Outros ativos".

Remuneração da Administração

A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa no exercício findo em 31 de dezembro 2024 e 2023 foi de R\$2.281 e R\$1.660 respectivamente.

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para os administradores são os mesmos dos demais empregados. Os valores destes benefícios estão agregados à remuneração dos administradores. Adicionalmente, a Companhia não mantém quaisquer benefícios para pessoas-chave da Administração de suas partes relacionadas.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

A apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro da Companhia, apurada com base no regime tributário do lucro presumido, é como segue para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Base de cálculo				
Receita de venda (nota nº 20)	98.861	98.861	83.123	83.123
Alíquota - %	29%	28%	29%	28%
Lucro tributável				
Lucro presumido sobre receita de venda	29.065	27.681	23.821	22.920
Outros ajustes de base (i)	(3.631)	(3.631)	(2.788)	(2.788)
Parcela de dedução	(240)	-	-	-
Receitas financeiras e outras - 100% (nota nº 22)	3.168	3.168	2.624	2.624
Lucro presumido	<u>28.362</u>	<u>27.218</u>	<u>23.667</u>	<u>22.766</u>
Alíquotas aplicáveis	25%	9%	25%	9%
Tributos apropriados ao resultado	7.091	2.450	5.917	2.049
Ajustes na apuração no IRPJ e CSLL	(193)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.898	2.450	5.917	2.049

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, consoante a legislação fiscal vigente. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

(i) Outros ajustes são compostos por reconhecimento contábil de receitas não faturadas (POC), além de ajustes da receita baseada na correta competência.

a) Imposto de renda e contribuição social de recolhimento diferido

	Controladora e Consolidado	Controladora
	2024	2023
Receita (não recebida) recebida no exercício	(16.680)	(331)
Alíquota de presunção	32%	32%
Base de cálculo	(5.338)	106
Alíquota aplicável	34%	34%
Imposto de recolhimento diferido	(1.815)	(36)

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e em 2023, o capital social integralizado no montante de R\$28.493 e é representado por 60.882.666 ações (60.882.666 em 31 de dezembro de 2023) sendo 34.327.574 (38.977.022 ações em 2023) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 26.555.092 (21.905.644 ações em 2023) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, todas com direito a voto, as quais se encontram totalmente subscritas e integralizadas em moda corrente nacional.

Cada ação ordinária confere ao seu titular direito (um) voto nas Assembleias Gerais de acionista.

As ações preferenciais conferem, além dos demais direitos previstos na Lei brasileira:

- (i) Direito a voto nas Assembleias Gerais.
- (ii) Terão direito a participar, na forma do § 5º do artigo 17 da Lei das S.A., dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas ou lucros.
- (iii) Direito de conversibilidade em ON, mediante solicitação de seu titular, a qualquer tempo
- (iv) Preferência no recebimento de recursos, no caso de ocorrência de uma Venda e/ou de um evento de liquidez.

Composição acionária

Acionista	2024			
	Ações ON	Ações PN	Total de ações	%
Marcelo Ferreira	24.834.182	-	24.834.182	40,79%
GEF Capital	-	26.555.092	26.555.092	43,62%
Evandro Oliveira	4.645.126	-	4.645.126	7,63%
Gustavo Machado	4.645.126	-	4.645.126	7,63%
Sandro	50.785	-	50.785	0,08%
Ulisses	50.785	-	50.785	0,08%
Thiago	50.785	-	50.785	0,08%
Heber	50.785	-	50.785	0,08%
Total em unidades	<u>34.327.574</u>	<u>26.555.092</u>	<u>60.882.666</u>	<u>100%</u>

Acionista	2023			
	Ações ON	Ações PN	Total de ações	%
Marcelo Ferreira	29.483.630	-	29.483.630	48,43%
GEF Capital	-	21.905.644	21.905.644	35,98%
Evandro Oliveira	4.645.126	-	4.645.126	7,63%
Gustavo Machado	4.645.126	-	4.645.126	7,63%
Sandro	50.785	-	50.785	0,08%
Ulisses	50.785	-	50.785	0,08%
Thiago	50.785	-	50.785	0,08%
Heber	50.785	-	50.785	0,08%
Total em unidades	<u>38.977.022</u>	<u>21.905.644</u>	<u>60.882.666</u>	<u>100%</u>

Reserva legal

Constituída nos termos da legislação societária à base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado ou 30% da soma do capital social e das reservas de capital. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva especial

A lei societária prevê que o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído quando os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia (art. 202, § 4º). É uma discricionariedade conferida por lei aos administradores com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade, desde que observadas outras condicionantes legais. A parcela dos lucros não distribuída destinada à constituição de reserva especial.

Distribuição de dividendos e lucros retidos

O Estatuto Social da Companhia estipula a destinação de um dividendo obrigatório de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos legais.

	2024	2023
Resultado do exercício	9.230	10.605
(-) Reserva legal - 5%	(462)	(530)
Base de cálculo para o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	8.768	10.075
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(2.192)	(2.519)
Dividendo adicional ao mínimo obrigatório	-	-
Reserva de lucros	6.576	7.556
Cálculo do Lucro por ação do capital social	-	-
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	9.230	10.605
	<u>60.883</u>	<u>60.883</u>
Lucro por ação - R\$	0,15	0,17

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía instrumentos com efeitos diluidores, motivo pelo qual o lucro básico e lucro diluído por ação são iguais.

O Estatuto Social da Companhia, nos termos do §3º do artigo 202 da Lei das S.A., prevê a possibilidade de distribuição de dividendos inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro líquido do exercício.

Pagamento baseado em ações

Em 26 de abril de 2023, conforme deliberação de sua Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a Automa constituiu um Plano de Opção de Compras de Ações (“Plano” ou “Plano de Stock Options”) para seus colaboradores.

Entre junho de 2023 e maio de 2024, o Conselho de Administração da Automa outorgou, a alguns de seus colaboradores-chave, opções para aquisição de ações da Automa.

As principais características das outorgas estão descritas abaixo:

As movimentações das opções de cada outorga para o período findo em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas abaixo:

Data da outorga	Prazo final do exercício	Opções	"Vesting"	Preço de exercício	Participantes
30/06/2023	30/06/2028	383.670	Até 5 anos	2,51	Diretores, gestores e colaboradores-chave
08/05/2024	08/05/2029	640.870	Até 5 anos	2,51	Diretores, gestores e colaboradores-chave

Data da Outorga	Qtd. 31/12/2023	Concedidas	Prescritas/Canceladas	Exercidas	Qtd. 31/12/2024
2023	383.670	-	-	-	383.670
2024	-	640.870	-	-	640.870
	<u>383.670</u>	<u>640.870</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.024.540</u>

Movimentação:

Saldo inicial em 1º de janeiro de 2024	-
Adições	459
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>459</u>

Os valores justos das outorgas de 2023 e 2024 foram estimados com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que as opções foram concedidas.

Premissas	2024	2023
Preço de exercício	2,51	2,51
Taxa livre de risco	10,21% - 10,47%	9,66% - 9,68%
Duração do exercício	3,5 - 5,0 anos	3,5 - 5,0 anos
Volatilidade anual esperada	17,72% - 22,60%	22,20% - 24,47%
Dividend Yield anual esperado	2,76%	2,76%
Valor justo ponderado da opção na data da outorga	1,44	1,44

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Venda de produtos	26.199	20.034	27.493
Vendas de serviços	72.662	59.875	72.662
(-) Tributos sobre vendas	(12.964)	(11.420)	(12.964)
	<u>85.897</u>	<u>68.489</u>	<u>87.191</u>
(-) Reconhecimento da receita pela evolução	13.143	3.214	13.143
Efeito tributário	(827)	(238)	(827)
	<u>12.316</u>	<u>2.976</u>	<u>12.316</u>
	<u>98.213</u>	<u>71.465</u>	<u>99.507</u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(59.144)	(42.830)	(59.503)
Despesas com pessoal administrativo	(8.595)	(4.635)	(8.703)
“Stock option”	(459)	-	(459)
Serviços de terceiros - operacional	(3.444)	(2.723)	(3.444)
Serviços de terceiros - administrativo	(2.823)	(2.378)	(2.823)
Despesas de depreciação e amortização	(817)	(404)	(817)
Outras despesas administrativas	(6.271)	(2.410)	(6.465)
Outras receitas	-	10	-
Outros tributos	(78)	(51)	(78)
	<u>(81.631)</u>	<u>(55.421)</u>	<u>(82.292)</u>
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(63.093)	(45.941)	(63.452)
Despesas comerciais e administrativas	(18.538)	(9.480)	(18.840)
	<u>(81.631)</u>	<u>(55.421)</u>	<u>(82.292)</u>

22. RECEITA E DESPESA FINANCEIRA

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Receitas financeiras			
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.168	2.623	3.168
Outras receitas financeiras	120	83	120
	<u>3.288</u>	<u>2.706</u>	<u>3.288</u>
Despesas financeiras			
Despesas bancárias	(20)	(11)	(20)
Juros e encargos financeiros	(21)	(108)	(21)
Outras despesas financeiras	(69)	(24)	(69)
	<u>(110)</u>	<u>(143)</u>	<u>(110)</u>
	<u>3.178</u>	<u>2.563</u>	<u>3.178</u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a exposição de seus ativos e passivos aos riscos de mercado referentes à taxa de juros e a oscilação de moeda no mercado internacional.

Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Não foram identificadas necessidades de ajustes ao valor justo, uma vez que estes se aproximavam dos valores contábeis na data base das demonstrações financeiras.

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos.

	2024		2023		Nível
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
VJR:					
Recursos em bancos e em caixa	623	623	6	6	Nível 2
Aplicações financeiras	21.344	21.344	33.870	33.870	Nível 2
Custo amortizado:					
Contas a receber	53.495	53.495	42.410	42.410	Nível 2
Adiantamentos diversos	204	204	596	596	Nível 2
Despesas antecipadas	35	35	167	167	Nível 2
Outros ativos	60	60	78	78	Nível 2

	2024		2023		Nível
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Outros passivos financeiros:					
Fornecedores	2.973	2.973	1.994	1.994	Nível 2
Empréstimos e financiamentos	-	-	257	257	Nível 2
Adiantamento de clientes	6.017	6.017	18.005	18.005	Nível 2
Outros passivos	379	379	350	350	Nível 2
Arrendamento mercantil	3.195	3.195	-	-	Nível 2

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como nível 2.

Gestão de risco

As operações da Companhia estão expostas aos riscos de mercado (que engloba de taxa de juros e cambial) de crédito e liquidez.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e os respectivos efeitos nas demonstrações contábeis estão resumidos como a seguir:

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta valores a receber de clientes no montante de R\$53.495, decorrentes de receitas de prestação de serviços, registrados na rubrica "Contas a receber". O risco de crédito consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes da inadimplência de clientes ou contrapartes em um instrumento financeiro, decorrente da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, conforme divulgado na nota explicativa nº 5.

O risco de crédito do contas a receber é minimizado na medida em que a carteira de clientes apresenta maior pulverização e mais criteriosas são as análises para concessão de crédito. Neste contexto, foram estimadas perdas esperadas com clientes no montante de R\$1.504 no exercício de 2024 (R\$86 no exercício de 2023).

Risco de liquidez e capital

O risco de liquidez é gerenciado pelos administradores e sócios da Companhia, com modelo de gestão voltado para as necessidades de aporte de capital, captação de recursos no mercado e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais Controladora e Consolidado		
		Em 1 ano	1 a 2 anos	Mais que 2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	2.973	2.973	-	-
Adiantamento de clientes	6.017	6.017	-	-
Outros passivos	379	379	-	-
Arrendamento mercantil	3.195	613	961	1.621

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais Controladora		
		Em 1 ano	1 a 2 anos	Mais que 2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	1.994	1.994	-	-
Empréstimos e financiamentos	257	257	-	-
Adiantamento de clientes	18.005	18.005	-	-
Outros passivos	350	350	-	-

(i) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, uma vez que as aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

	Cenário provável	Cenário I de 25%	Cenário II de 50%
Taxa efetiva anual da CDI de 2024	2,75%	3,44%	4,14%
Aplicações Financeiras	21.344	21.491	21.641
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	3,75%	2,81%	1,88%
Efeito no instrumento financeiro:			
Redução	800	604	407

24. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Transações que não afetaram o caixa

As transações que não afetaram o caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão apresentadas nas rubricas dos fluxos de caixa a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Adições aos ativos de direito de uso	(3.541)	-	(3.541)

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 22 de abril de 2025, a Companhia realizou um empréstimo por mútuo à sua controlada em Portugal, no montante de R\$679.

26. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 3 de junho de 2025.